



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A MUNICIPALIDADE DE PEDREGULHO-SP E EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.

Contrato nº 0084/2026

O MUNICÍPIO DE PEDREGULHO-SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 45.318.466/0001-78, sediada na Rua Cel. André Vilela n.º 96, centro, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde Sra. Juliana Sarreta Lucindo, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 16.671.989/0001-03, com sede na Rua Galileu Galilei, nº 1800, Bairro Condominio Itamaraty, na cidade de Ribeirão Preto - SP, CEP 14.024-193, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Antonio Carlos Regal, denominada adiante de CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo de Dispensa nº 50079/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 0079/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RESPIRATÓRIOS DO TIPO CPAP E BIPAP, E FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDREGULHO/SP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Und	Qty	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor total R\$	Fornecedor
01	40	MES	LOCAÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTO CPAP COM UMIDIFICADOR AQUECIDO; EQUIPAMENTO PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA DO TIPO PRESSÃO POSITIVA CONTÍNUA NAS VIAS AÉREAS (CPAP), COM POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE UMIDIFICADOR AQUECIDO ACOPLÁVEL OU INTEGRADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: FAIXA DE PRESSÃO AJUSTÁVEL: 4 A 20 CMH ₂ O; AJUSTE CLÍNICO DIRETAMENTE NO DISPLAY DO EQUIPAMENTO; FUNÇÃO RAMPA AJUSTÁVEL: 0 A 45 MINUTOS; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMÁTICA: 100 A 240 V (BIVOLT); SISTEMA DE REGISTRO DE DADOS POR CARTÃO DE MEMÓRIA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; ACESSÓRIOS INCLUSOS POR EQUIPAMENTO:	150,00	6.000,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

			01 (UMA) MÁSCARA EM SILICONE (NASAL OU ORONASAL), CONFORME ADAPTAÇÃO DO PACIENTE; 01 (UMA) TRAQUEIA COMPATÍVEL; 12 (DOZE) FILTROS DESCARTÁVEIS PARA USO ANUAL.			
02	10	MES	LOCAÇÃO MENSAL DE CPAP AUTOMÁTICO (AUTO CPAP) COM REGISTRO DE DADOS – CONTRATO DE 12 MESES; EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO DE PRESSÃO POSITIVA (AUTO CPAP), COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE PRESSÃO E POSSIBILIDADE DE USO COM UMIDIFICADOR AQUECIDO ACOPLÁVEL OU INTEGRADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: FAIXA DE PRESSÃO: 4 A 20 CMH ₂ O; AJUSTE CLÍNICO VIA DISPLAY; SISTEMA DE ALÍVIO DE PRESSÃO EXPIRATÓRIA; FUNÇÃO RAMPA: 0 A 45 MINUTOS; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMÁTICA: 100 A 240 V; COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALTITUDE; SISTEMA DE REGISTRO DE DADOS (SMARTCARD, CARTÃO DE MEMÓRIA OU SIMILAR); ACESSÓRIOS E SERVIÇOS INCLUSOS: 01 (UMA) MÁSCARA EM SILICONE (NASAL OU ORONASAL), CONFORME NECESSIDADE DO PACIENTE; 01 (UMA) TRAQUEIA COMPATÍVEL; 12 (DOZE) FILTROS DESCARTÁVEIS POR ANO.	400,00	4.000,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
03	08	MES	LOCAÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTO BILEVEL COM SUPORTE A USO INVASIVO E NÃO INVASIVO; EQUIPAMENTO DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA E INVASIVA DO TIPO BILEVEL, COM POSSIBILIDADE DE USO COM UMIDIFICADOR AQUECIDO, BATERIA INTERNA OU ACOPLADA E SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (NOBREAK), CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MODOS DE	1.600,00	12.800,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

			VENTILAÇÃO: CPAP, ESPONTÂNEO (S), TEMPORIZADO (T), ESPONTÂNEO/TEMPORIZADO (S/T) E CONTROLE DE PRESSÃO (PC); IPAP: 4 A 40 CMH ₂ O; EPAP: 4 A 25 CMH ₂ O; CPAP: 4 A 20 CMH ₂ O; BATERIA INTERNA/ACOPLADA COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 HORAS; ACESSÓRIOS E SERVIÇOS INCLUSOS: PARA USO NÃO INVASIVO: 01 (UMA) MÁSCARA EM SILICONE (NASAL OU ORONASAL); 01 (UMA) TRAQUEIA COMPATÍVEL; PARA USO INVASIVO: CIRCUITO COMPLETO INVASIVO COM ESPAÇO MORTO (CATETER MOUNT); CÂMARA DESCARTÁVEL DO UMIDIFICADOR (SUBSTITUIÇÃO CONFORME NECESSIDADE); 12 (DOZE) FILTROS DESCARTÁVEIS POR ANO; CONDIÇÕES ADICIONAIS: SUBSTITUIÇÃO DOS ACESSÓRIOS A CADA 6 MESES; PARA USO INVASIVO: FORNECIMENTO DE 02 KITS A CADA 6 MESES.			
04	20	MES	LOCAÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTO BILEVEL COM CONTRATO DE 12 MESES; EQUIPAMENTO BILEVEL COM CARACTERÍSTICAS EQUIVALENTES AO ITEM ANTERIOR, DESTINADO À LOCAÇÃO MENSAL COM VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 12 MESES, COM SUPORTE A USO INVASIVO E NÃO INVASIVO; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MODOS: CPAP, S, T, S/T E PC; IPAP: 4 A 40 CMH ₂ O; EPAP: 4 A 25 CMH ₂ O; CPAP: 4 A 20 CMH ₂ O; ALIMENTAÇÃO COM NOBREAK DE DUPLA BATERIA; ACESSÓRIOS E SERVIÇOS INCLUSOS: PARA USO NÃO INVASIVO: MÁSCARA EM SILICONE (NASAL OU ORONASAL) E TRAQUEIA; PARA USO INVASIVO: CIRCUITO COMPLETO COM CATETER MOUNT E CÂMARA DESCARTÁVEL; 12	1.200,00	24.000,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

			FILTROS DESCARTÁVEIS POR ANO; CONDIÇÕES ADICIONAIS: SUBSTITUIÇÃO DE ACESSÓRIOS A CADA 6 MESES; FORNECIMENTO DE 02 KITS SEMESTRAIS PARA USO INVASIVO.			
05	10	UND	MÁSCARA NASAL EM SILICONE; CONFECCIONADA EM SILICONE DE GRAU MÉDICO; SISTEMA DE FIXAÇÃO COM CINTA DE 4 PONTOS; AJUSTE POR VELCRO; TAMANHO CONFORME NECESSIDADE DO PACIENTE.	380,00	3.800,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
06	10	UND	MÁSCARA FACIAL (ORONASAL) EM SILICONE; CONFECCIONADA EM SILICONE DE GRAU MÉDICO; ENTRADA PARA CONEXÃO AO CIRCUITO RESPIRATÓRIO; CINTA DE FIXAÇÃO COM 4 PONTOS; TAMANHO CONFORME ADAPTAÇÃO DO PACIENTE.	550,00	5.500,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
07	05	UND	CIRCUITO RESPIRATÓRIO PARA BILEVEL; CIRCUITO TIPO TRAQUEIA COMPATÍVEL COM VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA E INVASIVA; COMPOSTO POR: TUBULAÇÃO FLEXÍVEL; FRASCO RESERVATÓRIO (QUANDO APLICÁVEL); VÁLVULA EXALATÓRIA; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA.	250,00	1.250,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
08	05	UND	CINTA DE FIXAÇÃO PARA MÁSCARA; CINTA DE 4 PONTOS; AJUSTE COM VELCRO; COMPATÍVEL COM MÁSCARAS CPAP/BILEVEL; MATERIAL RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO PROLONGADO.	95,00	475,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
09	10	MES	MÓDULO DE BATERIA PARA EQUIPAMENTO BILEVEL; MÓDULO DE BATERIA COMPATÍVEL COM VENTILADOR BILEVEL; AUTONOMIA MÉDIA MÍNIMA DE 14 HORAS DE OPERAÇÃO CONTÍNUA; INDICADORES DE CARGA POR LED; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO SEGURA E ININTERRUPTA; PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E DESCARGA PROFUNDA.	350,00	3.500,00	EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
Valor Total				R\$ 61.325,00		



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos nos termos do disposto no art. 107 de referida norma.

2.2. Durante o prazo que perdurar a prestação de serviço contratado, o preço não sofrerá qualquer reajuste ou atualização monetária, não podendo ser invocada a dúvida ou hipótese para modificações ou alterações do valor proposto.

2.3. Nas renovações, após um ano de vigência do ajuste, a critério da Administração Municipal poderá ser reajustado o valor pago mensalmente pela prestação de serviços, de acordo com a variação da inflação oficial do período anterior, mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa de Licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 61.325,00 (sessenta e um mil trezentos e vinte cinco reais).

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
 - 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
 - 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
 - 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
 - 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**
- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

- c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 1,00% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30,00% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 3. Compensatória, de 30,00% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento vigente deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Ficha 349 - outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – Atenção Básica – Saúde; Ficha 319 - Serviços de terceiros pessoa jurídica – Secretaria de Saúde; Ficha 350 - Serviços de terceiros pessoa jurídica – IGM SUS Paulista; Ficha 373 - Serviços de terceiros pessoa jurídica – M.A.C.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,



Prefeitura Municipal de Pedregulho

Estado de São Paulo

dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedregulho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por estarem plenamente justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas, para que produza os efeitos de Lei.

Pedregulho, 27 de maio de 2026.

SILVIO JOSÉ BARBOSA TEIXEIRA
Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Urbanismo
CONTRATANTE

EDR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____